

ANO 2019

**ATA DA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E COOPERATIVISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS.**

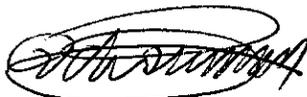
Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e dezenove, às nove horas e vinte minutos, na sala das Comissões Solon Amaral, realizou-se a quarta reunião ordinária do biênio 2019/2020. A reunião foi conduzida pelo deputado Zé Carapô, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo. Contou, ainda, com a presença dos seguintes deputados: Chico KGL, Amauri Ribeiro e Coronel Adailton. O deputado Zé Carapô dispensou a leitura da ata da reunião anterior. Logo em seguida, iniciou-se a audiência pública para discutir o licenciamento ambiental, ICMS ecológico e o agronegócio com o objetivo de ouvir e atender as demandas dos municípios. Participaram o prefeito do município de Fazenda Nova, Afrânio Ferreira Filho; assessor técnico, Leonardo de Oliveira Machado representante do Presidente da Federação da Agricultura de Goiás, José Mário Schreiner; advogado Celso Mendes, representante do Presidente da Federação Goiana de Municípios, Haroldo Naves; secretário municipal do meio ambiente de Padre Bernardo, Sergio Murilo Garcia Pereira; secretário municipal do meio ambiente de Ipameri, Uanderson Carneiro de Souza; secretária municipal do meio ambiente de Mozarlândia, Amarilda de Fátima Moraes Costa; secretário municipal do meio ambiente de Aparecida de Goiânia, Cláudio Everson; analista ambiental de assessoria planejamento da agência municipal do meio ambiente de Goiânia, Paulo Lopes; secretário municipal do meio ambiente de Cromínia, Chrysse Claudia de Almeida; membro da comissão agrário da OAB Goiás, Bruno César; vereador do município de Aporé, José Donizete; representante da companhia de desenvolvimento econômico de Goiás, Luiz Beck; secretário municipal do meio ambiente de Iporá, Alexandre Teixeira Lopez; secretário municipal do meio ambiente de Pires do Rio, Jayme Jhunner Rezende e Souza; representante da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (FAEG), Leonardo de Oliveira; engenheiro agrônomo e secretário em Itaguaru, Airton Braga Teixeira Junior. No centro das discussões estavam questões relacionadas à regulamentação do ICMS ecológico e também à modificação da resolução que trata da constituição de corpo técnico efetivo para realização do licenciamento ambiental. O deputado Zé Carapô destacou a intenção do colegiado em colocar em tramitação na Casa proposta que versa sobre ambos os temas em pauta. A primeira delas seria um projeto de lei que obrigaria os municípios a investirem os valores decorrentes do ICMS ecológico em iniciativas voltadas para o meio ambiente. Atualmente a aplicabilidade do benefício fica a critério de cada município. A segunda trata da intenção de alterar, por meio de decreto legislativo, a resolução nº 02/2016, emitida pelo Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMAM), que define os procedimentos e critérios para o licenciamento ambiental no âmbito do estado de Goiás. Dentre suas cláusulas, reside a obrigação para que os municípios mantenham, dentro de seus quadros equipe técnica de servidores efetivos habilitados para fiscalização e licenciamento ambiental. Segundo o presidente do colegiado, a exigência estaria

onerando o orçamento da prefeitura, sobretudo as dos municípios de menor porte. O parlamentar reforçou o intuito do colegiado em angariar apoio dos munícipes presentes na tentativa de coibir o excesso de burocratização e processos de licenciamentos ambientais paralisados, que afetam o desenvolvimento econômico. Em seguida, iniciou-se o debate, com a participação dos convidados que relataram as dificuldades dos municípios de pequeno porte para manter o quadro técnico legalmente requerido; elevadas exigências feitas pelos órgãos ambientais e dificuldade de preencher todos os critérios, dificultando a obtenção do benefício; a questão da cobrança da compensação ambiental para empreendimentos potencialmente poluidores; ICMS ecológico seja destinado ao fundo do meio ambiente de cada município; formação de consórcios públicos municipais para resolver a questão referente à manutenção do quadro técnico; regionalização dos núcleos de licenciamento e a integralidade da aplicação dos recursos do ICMS ecológico na área ambiental; dificuldade na implantação do aterro sanitário; destinação do ICMS ecológico, se aprovado no orçamento do município, que é feito ano a ano. O vice-presidente da comissão, Chico KGL, mencionou projeto de lei de sua autoria desonerando o ICMS das cooperativas; formação de consórcios e implantação de aterro sanitário em um só local e busca de recursos federais e estaduais para implantação de tais projetos. Antes de encerrar a audiência, o presidente do colegiado informou que levaria as sugestões apresentadas durante o debate, e outras que vierem a ser apresentadas pelos municípios, para o conhecimento do atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles. Ao final, o deputado Zé Carapô agradeceu os presentes e encerrou formalmente o evento.



Deputado Zé Carapô

Presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo



Edson Yoiti Haga  
Secretário da Comissão de Agricultura, Pecuária e Cooperativismo